



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Gestão de Políticas Sociais)

A Vinculação entre o extinto Programa Público de Economia Solidária e sua aplicação nos processos de trabalho em empreendimentos no Rio Grande do Sul.

Cristiane Matiazzi Posser¹
Fabio Jardel Gaviraghi²
Caroline Goerck³

Resumo: O presente artigo refere-se a uma pesquisa desenvolvida durante a realização do Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Esta teve como objetivo analisar a organização do processo de trabalho em experiências de Economia Popular Solidária na região metropolitana de Porto Alegre – RS, vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento via Senaes. Para tanto, realizou-se a coleta das informações com a aplicação formulários, por meio de entrevista, em quatro empreendimentos coletivos. Deste modo, constatou-se que esses empreendimentos necessitam do incentivo do poder público, mediante programas e políticas sociais que financiem e assessorem essas experiências.

Palavras-chave: Processo de Trabalho; Economia Popular Solidária; Programa Social.

Abstract: The present article refers to a research developed during the accomplishment of the Post-Doctorate in the Program of Post Graduation in Social Service of PUCRS. The purpose of this study was to analyze the organization of the work process in experiences of Popular Solidarity Economy in the metropolitan region of Porto Alegre – RS, linked to the Solidarity Economy in Development Program via Senaes. Therefore, the information was collected using the application forms, by interview, in four collective enterprises. Thus, these enterprises need the encouragement of public power, through programs and policies that finance and advise these experiences.

1 Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: cristianematiazziposser@gmail.com.

2 Assistente Social, docente do departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, doutor em Educação Nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: gavirahiufsm@gmail.com.

³Assistente Social, docente do departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, doutora em Serviço Social pela Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: carolinegoerck@yahoo.com.br.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Keywords: Work process; Popular Solidarity Economy; Social Program.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é oriundo de uma pesquisa que teve como intencionalidade analisar o processo de trabalho desenvolvido nas experiências de geração de trabalho e renda, e, que estão sendo assessoradas-incubadas por instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária, tendo como território Porto Alegre e a Grande Porto Alegre. Com a finalidade do sistema capitalista – de acumulação de capital –, e com a força de trabalho – entretanto, tida pelo capitalismo como mercadoria –, o processo trabalho que vem sendo realizado pelos trabalhadores comumente não está sendo constituído pela autorealização e identificação dos trabalhadores, diante dos processos de produção e gestão. Desta relação entre a compra e a venda da força de trabalho que é suscitada a questão social.⁴

Diante dessa realidade, a partir da década de oitenta do século XX emergem experiências associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo, como uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos trabalhadores. Esses empreendimentos cooperativistas e/ou associativistas, designados como Economia Popular Solidária, são constituídos normalmente pelos sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho e, comumente, são apoiados por instituições sociais – igreja, incubadoras universitárias, sindicatos, entre outros.

A Economia Popular Solidária pode ser considerada uma consequência e alternativas aos trabalhadores, diante do acirramento da questão social (entre elas, a falta de empregos formais). Os elementos que deveriam nortear o processo de trabalho nas experiências de Economia Popular Solidária e foram originados pelos Precursores do Cooperativismo estão respaldados na solidariedade, na democracia, na aproximação da autogestão, na participação, na posse coletiva dos meios de produção, no processo de rotatividade de funções e na divisão de renda entre os associados que, de forma democrática, deveriam definir estratégias de repartição, de cooperação na produção e no trabalho, de compromisso com o desenvolvimento humano e de preservação do meio

⁴ A questão social pode ser apreendida como o conflito suscitado entre o capital e o trabalho, bem como pelas desigualdades e resistências geradas por meio dessa relação social de compra e venda da força de trabalho.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

ambiente.

Quando as experiências de Economia Popular Solidária são operacionalizadas com base nestes princípios, os sujeitos possuem a possibilidade de elaborar as suas próprias regras no cotidiano de trabalho, bem como, alcançar um novo patamar de politização e participação social. Quando se percebe que trabalhadores inseridos em território de empreendimentos coletivos, entretanto, não desenvolvem suas atividades de modo que tenham clareza sobre os princípios do cooperativismo, ou, ainda, mesmo que estes trabalhadores desenvolvam suas atividades conforme estes princípios, estas experiências também se configuram como estratégias do próprio capital para atenuar os conflitos de classe, mantendo assim o *status quo*.

Tendo-se como embasamento o Método Dialético-Crítico, porém, não se compreende neste trabalho as experiências coletivas que constituem a Economia Popular Solidária, como forma de substituir o sistema capitalista, pois estes empreendimentos também estão inclusos neste modo de produção e tentam se inserir no ciclo da reprodução capitalista. Ao estarem excluídos do mercado formal de trabalho, estes trabalhadores também estão inseridos na lógica do sistema capitalista, pois o desemprego é inerente a este modo de produção.

A exclusão na produção de bens e serviços ocorre também por meio da inclusão no sistema, sendo que a exclusão, além de necessária ao capitalismo, também se configura como uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo não acesso à riqueza socialmente produzida (YAZBEK, 2001). Desta forma, ao mesmo tempo em que comumente os trabalhadores das experiências de Economia Popular Solidária estão excluídos do mercado formal de trabalho, os mesmos, porém, estão incluídos no sistema – em condição de vulnerabilidade social.

Desta forma os autores não compreendem a Economia Popular Solidária, nem com excesso de otimismo, e, nem com excesso de pessimismo, pois optam pelo realismo analítico. Na medida em que a Economia Popular Solidária, entretanto, absorve uma massa de trabalhadores desempregados e especialmente os menos qualificados – mesmo com seu aspecto contraditório –, a mesma possui significativa importância social, posto que, é por meio do trabalho realizado pelo coletivo que alguns destes sujeitos estão conseguindo sobreviver e gerar renda.

Ressalta-se, ainda, que esses empreendimentos coletivos necessitam de instituições de apoio, políticas e programas sociais que os assessor e os financie,



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

visando as suas permanências e viabilidades econômicas no mercado. Com base nesta perspectiva, desde 2003, o governo federal, por meio da Lei nº 10.683 e do Decreto nº 4.764, tornou a Economia Popular Solidária integrante da agenda pública brasileira. O governo federal, com o objetivo de fortalecer, promover e viabilizar economicamente empreendimentos de geração de trabalho e renda, visando também a absorver os trabalhadores não incluídos no mercado formal de trabalho criou no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, a Senaes.

Durante o período de 2003 a 2016, o governo federal investiu relevante apoio junto à temática. A Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes - vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, desenvolveu diversas ações que objetivaram o apoio aos empreendimentos de economia e solidária, através de programas criados a partir da própria secretaria ou se aliando aos já existentes de outras secretarias de forma transversal. O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento foi materializado e operacionalizado por meio de uma parceria estabelecida entre o governo federal – e outros setores governamentais⁵ –, e, também pelas instituições da sociedade civil⁶ e incubadoras universitárias.

A partir do início do segundo governo Dilma, o segmento assistiu a diminuição de investimentos financeiros. A mudança do governo, imposta pelo impeachment, ocasionou a destituição da gestão da Senaes, no dia 4 de novembro de 2016, tendo sido a mesma extinta.

Sendo assim, faz-se importante que a produção de conhecimento científico possua a intencionalidade de contribuir para aprimoramento de demandas que são pesquisadas, possuindo então uma relevância de cunho social, impulsionando e contribuindo à “práxis”. Salieta-se, ainda, como justificativa do projeto que, análises e investigações científicas realizadas pelo Serviço Social sobre experiências de Economia Popular Solidária e sobre o processo de assessoria-incubação desenvolvido por Instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária são importantes, devido ao fato de que a maioria desses empreendimentos coletivos ainda não possui

⁵ Constituído pelas Secretarias das prefeituras, Conselhos Municipais, entre outros.

⁶ As instituições sociais em geral podem ser advindas de organizações de trabalhadores, minorias sociais, instituições religiosas, defensores de direitos (humanos, mulheres, criança e adolescente, meio ambiente, entre outros), sindicatos, mas também por instituições que representam o capitalismo (Fundação Bradesco, Bancos, empresas privadas – por meio da responsabilidade social, entre outros).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

acompanhamento de assistentes sociais.

2. DESENVOLVIMENTO

Para a realização da pesquisa, foram aprofundadas as abrangências conceituais de três categorias teórico-temáticas, definidas anteriormente na pesquisa de campo. As categorias teórico-temáticas pré-definidas a este estudo foram: Processo de Trabalho, Economia Popular Solidária e Programa Social. Neste estudo pretendeu-se aprofundar aspectos inerentes à organização e sistematização do processo de trabalho, em quatro empreendimentos coletivos que integram as experiências de Economia Popular Solidária no território metropolitano de Porto Alegre e que estavam sendo assessorados por duas instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento entre 2010 e 2011.

O objetivo geral da pesquisa já apresentado é complementado pelos seguintes objetivos de pesquisa, sendo eles: analisar o processo de trabalho desenvolvido nas experiências de geração de trabalho e renda, que estão sendo assessoradas-incubadas por instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária no município de Porto Alegre e na Grande Porto Alegre; verificar quais são as instituições que vem assessorando as experiências de geração de trabalho e renda, em Porto Alegre e na Grande Porto Alegre, por meio da Política/Programa de Economia Solidária; identificar quais são as características sócio-econômicas dos sujeitos que integram às experiências de geração de trabalho e renda, existentes em Porto Alegre e na Grande Porto Alegre, e, que estão sendo assessoradas por meio de instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária, para desvelar as condições de vida destes trabalhadores; averiguar quais são as experiências de geração de trabalho e renda, existentes em Porto Alegre e Grande Porto Alegre, e, que estão sendo assessoradas por meio de instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária, com vistas a mapeá-las no referido Estado; dar visibilidade às atividades dos trabalhadores relacionadas com o processo de autogestão nas experiências populares; averiguar se os trabalhadores que estão inseridos nas cooperativas e associações de trabalho compreendem os princípios do Cooperativismo e/ou da Economia Popular Solidária, com vistas a verificar se estas experiências coletivas se constituem em formas de resistência dos sujeitos em relação à lógica e finalidade do sistema capitalista – de acumulação e centralização de capital.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Esta pesquisa foi realizada tendo como embasamento e leitura da realidade o Método Dialético-Crítico. O enfoque qualitativo foi predominante neste estudo, embora se tenham levado em consideração, também, os dados quantitativos (pois se compreende que os dados qualitativos e quantitativos se complementam).

Foram entrevistados trabalhadores das quatro experiências pesquisadas, totalizando doze entrevistados. O número de experiências analisadas e de trabalhadores entrevistados foi limitado, devido as diversas limitações que envolveram o programa social, que não pode ser aprimorado devido sua extinção.

A coleta das informações foi realizada mediante a aplicação de dois formulários (o primeiro aplicado com as lideranças e o segundo com os demais associados e/ou cooperados), realizado por meio da técnica de entrevista. Anteriormente à realização das entrevistas, foi apresentado aos participantes da pesquisa um termo de consentimento livre e esclarecido. Este termo de consentimento tinha por finalidade esclarecer aos sujeitos a importância de sua participação no estudo, assim como informá-los sobre o sigilo das suas respostas. Também foi aplicado um questionário com representantes das duas instituições pesquisadas, que possuem vínculo com a Senaes, enviando também o termo de consentimento livre e esclarecido.

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

A Cooperativa de *Rochdale* fundada na Inglaterra em 1844 – reconhecida como marco simbólico do Cooperativismo, envolvendo os Precusores do Cooperativismo –, quanto as atuais experiências de Economia Popular Solidária, surgiram, num primeiro momento, como alternativas criadas pelos trabalhadores para gerar trabalho e renda, diante das manifestações da questão social. As manifestações da questão social, entretanto, originadas pela I e II Revolução Industrial, diferem das atuais expressões da questão social, pois, jamais o sistema capitalista alcançou um nível tão elevado de acumulação nos seus processos de produção, a ponto de excluir, acirradamente, uma massa de sujeitos do mercado formal de trabalho.

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento foi implantado na Região Metropolitana de POA no RS por meio de uma parceria estabelecida entre a SENAES e as instituições de apoio – mapeadas por esta pesquisa –, via editais e chamadas



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

públicas. Ou seja, as instituições de apoio elaboravam projetos sociais que objetivam arrecadar recursos financeiros e adquirir auxílio. A SENAES, juntamente com órgãos de fomento, abria editais e chamadas públicas, procurando formalizar a parceria entre o governo federal e as instituições de apoio – governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias. Os projetos selecionados e apoiados pela Senaes usufruíam de recursos públicos, bem como dos encontros de formação destinados às instituições de apoio, visando a capacitá-las e fortalecer o vínculo entre elas.

Constatou-se que o processo de parceria estabelecida entre o Estado e as instituições de apoio, e a forma de liberação de recursos (recursos esparsos – se equiparados à demanda – e forma de acesso) no território do RS, e possivelmente no Brasil, foi aplicado de forma limitada, pois estava em fase inicial, e também devido ao fato da descentralização político-administrativa prevista pela Constituição Federal de 1988 não ter sido implantada de forma plena, em relação a todos os programas e políticas sociais. Destaca-se que esta realidade vinculada ao programa, em relação à liberação de recursos e as formas que são constituídas as parcerias com as instituições de apoio, poderia ter sido aprimorada. Cada estado e município poderiam usufruir setores específicos que dessem conta deste Programa, de forma que o mesmo correspondesse ao processo de descentralização político-administrativa.

Com base nestas informações, foram mapeadas e pesquisadas na região metropolitana de POA, duas instituições de apoio que possuem alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da SENAES. As duas instituições estão atreladas a sociedade civil, posto que uma das instituições pesquisadas desenvolve uma das atividades do Programa de Economia Solidária.

Verifica-se que as instituições da sociedade civil se configuraram como o eixo de vinculação entre o governo federal e as experiências coletivas, mediante seus processos de assessoria e/ou incubação. O processo que envolveu a metodologia de incubação normalmente empregada pelas instituições parceiras foi realizado de forma que contemple as etapas relacionadas com os processos de pré-incubação, incubação e pós-incubação, possuindo como intencionalidade potencializar o processo de trabalho nas experiências coletivas e o aumento dos rendimentos gerados pelos trabalhadores. Segundo as informações obtidas, as instituições pesquisadas desenvolveram as atividades de incubação/assessoria de forma que contemple os objetivos previstos pelo Programa e pela SENAES.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Em relação às atividades desenvolvidas pelas duas instituições de apoio, via este programa social, constatou-se que, por meio destas instituições estão sendo desenvolvidas três atividades previstas pelo Programa: a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária – realizada pelas duas instituições –; b) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária – desenvolvido pela Gauyí, entre 2005 e 2007 –; c) Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário – corresponde a criação do Projeto Brasil Local.

Apesar das atividades desenvolvidas irem ao encontro dos objetivos e atividades previstos pelo referido Programa, constatou-se que a implantação deste Programa Social foi muito limitado como já mencionado e bem incipiente na região metropolitana de Porto Alegre no RS. Outro aspecto que se destaca está relacionado com o fato de que nem todos os empreendimentos tidos como de Economia Popular Solidária, constituem-se de fato desta forma, alguns destes podiam ser considerados somente como empreendimentos de geração de renda.

Na seqüência dos resultados da pesquisa, em relação aos quatro empreendimentos de Economia Popular Solidária pesquisados em Porto Alegre e Região Metropolitana – 3 grupos informais e 1 movimento social –, que foram assessorados/apoiados pelas duas instituições pesquisadas, constatou-se que os trabalhadores entrevistados que integravam esses empreendimentos apresentavam as seguintes características: constatou-se que a maioria está entre as faixas etárias de 30 a 50 anos, correspondendo a 50% dos integrantes das experiências coletivas; 50% dos sujeitos entrevistados possuíam Ensino Médio e que nenhum entrevistado se declarou analfabeto, em que pese 37,5% ter declarado possuir o ensino fundamental; 72,4% dos trabalhadores são mulheres.

Estes dados são ilustrativos de que os sujeitos que integram os empreendimentos coletivos são trabalhadores que estão em situação de desemprego, posto que não possuem uma qualificação mais elaborada e, se não estivessem incluídos nessas experiências, possivelmente estariam sem um rendimento mensal, acirrando a vulnerabilidade social. Outra característica relevante é de que a grande maioria dos cooperados e associados dos empreendimentos pesquisados serem constituídas por mulheres, demonstrando uma questão de gênero acentuada.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Compreende-se esta realidade como uma forma de ampliação da divisão do trabalho, do qual mesmo com maior tempo de estudo, o mercado se focalizou para o atendimento de alguns setores em que se necessita de maior qualificação nessa área, que não é o caso dos trabalhadores entrevistados.

Neste sentido, mesmo com os baixos rendimentos obtidos pelos trabalhadores nestas experiências (49% dos trabalhadores recebem até 1 salário mínimo, 25% até 2 salários mínimos, 13% até 3 salários mínimos e 13% até 4 salários mínimos), pode-se constatar que eram muito significativas a estes sujeitos. Verifica-se então que, primeiramente, o que fez com que os trabalhadores se inserissem nesses empreendimentos coletivos foi a possibilidade de gerar trabalho e renda.

Verificou-se que, dos produtos e/ou serviços prestados pelas experiências coletivas, que ocupam o território de Porto Alegre e grande Porto Alegre, 60% dos produtos era vinculado ao artesanato, 20% são produtos agrícolas e 20% são de confecção. Devido ao produto principal das experiências pesquisadas ter sido o artesanato, o mesmo não possibilitou que a comercialização fosse diversificada, restringindo-se as feiras, comercialização direta com o consumidor e revenda em pequenas lojas.

O processo de trabalho realizado pelas experiências possuíam como característica central os seguintes elementos: as atividades e as tarefas desenvolvidas pelos trabalhadores eram realizadas por meio de rodízio entre os sujeitos; a partilha dos rendimentos era efetivada em condições de igualdade entre os trabalhadores; a solidariedade entre os trabalhadores esteve presente no processo de trabalho; os trabalhadores possivelmente se identificam com as atividades que realizam (pois participam de várias etapas que envolvem o trabalho); existia o processo de conscientização dos trabalhadores, no que se relaciona à realidade socioeconômica; os sujeitos trabalham de segunda a sexta-feira, em torno de 6 e 8 horas diárias; 91,6% dos sujeitos informaram que participavam das decisões em reuniões, assembleias e/ou fóruns, sendo que alguns informaram inclusive que é um de seus direitos participarem destes momentos; os trabalhadores contribuíam com a Previdência Social na categoria de autônomos (sugere-se por meio deste estudo, a criação de uma nova categoria à Previdência, que agregue os trabalhadores participantes destes empreendimentos coletivos, diferenciando-os da categoria de autônomos e de assalariados).

Constata-se ainda que os trabalhadores entrevistados responderam que percebiam a diferença entre serem empregados ou cooperados/associados nesses



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

empreendimentos coletivos. Pode-se referir, assim, que nessas experiências coletivas, mesmo com seus limites, existiam outras características que também eram importantes, juntamente com o aspecto econômico, não se constituindo então, apenas numa possibilidade de gerar trabalho e renda aos trabalhadores.

As experiências de Economia Popular Solidária, portanto, objetivavam gerar trabalho e renda aos trabalhadores, mas também, pretendiam organizar de forma diferenciada o trabalho – em relação a outros empreendimentos inseridos no sistema capitalista –, tendo como base a participação e a cooperação entre os sujeitos. Enfatiza-se, entretanto, a importância de políticas sociais públicas, que forneçam recursos financeiros e profissionais para assessorar e qualificar esses sujeitos, bem como os empreendimentos em que estão inclusos. Este apoio governamental, contudo, deve ter como perspectiva o fortalecimento destes empreendimentos, e não a dependência e/ou terceirização dos serviços públicos – direitos dos cidadãos.

Outra questão importante constatada nas experiências é a falta do processo de reflexão acerca dos Princípios do Cooperativismo nessas experiências, atividade que poderia ser desenvolvida pelas instituições que estão assessorando estes empreendimentos coletivos por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento.

Constatou-se, portanto, que a assessoria por meio das instituições pesquisadas era pontual, ou seja, constitutivas de demandas emergenciais dessas experiências coletivas. Isso se verifica na pesquisa quanto ao auxílio dessas instituições na inserção dos empreendimentos em feiras, formação de parcerias, auxílio com documentações, entre outros. A assessoria poderia ir além dessas premissas básicas, auxiliando num todo o empreendimento: estruturação, formação, conhecimento e aplicação dos princípios da Economia Solidária, regulamentação, gestão, relações interpessoais.

Podemos citar também, como limites das assessorias, o fato desses empreendimentos se caracterizarem como sendo 3 grupos informais e 1 movimento social. Ou seja, nenhuma das experiências coletivas era regulamentada e, também, não se constituiu como forma de organização produtiva “ideal” da Economia Popular Solidária, as cooperativas.

A regulamentação fazia parte do assessoramento das instituições. Percebeu-se que, devido à incipiência na forma de organização de um dos empreendimentos, uma das instituições de assessoria se utilizou, como manobra burocrática, de nota fiscal, CNPJ,



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

entre outros, da própria instituição para oportunizar o fornecimento de serviços para o empreendimento. Entretanto, em contrapartida, a instituição se beneficiaria de uma porcentagem dos lucros (sobras) do empreendimento.

Esse ato não era ilegal se a instituição aplicasse o recurso financeiro integralmente na consecução do respectivo objeto social da OSCIP. Mas, também não vai ao encontro das premissas do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, do qual as instituições de assessoria têm como papel desenvolver as suas ações nas várias modalidades de apoio direto, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e de gestão. Esta contradição se repercutia da não existência de normativas para essas instituições e suas atuações, como foi salientado.

Ainda mais, constatou-se que na Região Metropolitana de POA e no RS o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento foi desenvolvido de maneira bem incipiente e limitada, seja pelas poucas quantidades de instituições vinculadas ao programa, pela forma de parceria estabelecida, pela maneira que o recurso financeiro foi gerido, liberado e aplicado e por meio das poucas atividades que estão previstas pelo Programa e pela SENAES e que foram efetivadas no Estado.

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e a SENAES, entretanto, possuíam relevância devido ao fato de terem como intencionalidade contribuir para a viabilidade econômica e manutenção das experiências coletivas, que se constituem como uma das alternativas existentes para a geração de trabalho e renda no Brasil diante do desemprego, principalmente aos sujeitos que comumente estão em situação de vulnerabilidade social e, conseqüentemente de seus familiares.

Ressalta-se que, primeiramente, os empreendimentos coletivos são criados para as necessidades vinculadas com a sobrevivência destes sujeitos, para, num segundo momento, serem dimensionados outros elementos relacionados com os Princípios da Economia Popular Solidária, com aspectos sociais, políticos, educacionais, culturais, ambientais, entre outros.

Destaca-se a importância que o Estado, por meio das instituições de apoio, poderia e deveria potencializar a viabilidade econômica das experiências de Economia Popular Solidária – por intermédio dos objetivos e ações que estão previstos pelo programa, mesmo que ainda de forma limitada, contraditória e incipiente. Menciona-se também que esta medida não seria a mais relevante ao cenário do desemprego, mas sim como uma saída emergencial, desde que vinculada a outros programas e políticas sociais públicas,



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

que envolvem CRAS e postos de saúde, entre outros, pois constatou-se que este Programa Social configurou-se mais como uma forma de geração de renda do que propriamente um meio de contestação ao sistema, realidade que se configura, apesar da sua importância, como funcional ao sistema.

Por fim, menciona-se que o término deste programa e demais políticas sociais públicas nos territórios de forma unilateral vem comprometendo o estado democrático de direito e os direitos conquistados pela classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Lourence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL; SENAES, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Manual para Formadores**: Descobrimos a outra economia que já acontece. Brasília: MTE, SENAES, 2007.

COMITÊ de Ética da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

Empreendimentos da Economia Solidária do Noroeste Gaúcho: UNIJUÍ Universidade Regional. Editora da Unijuí, set. 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INCUBADORA de Economia Solidária da UNIJUÍ. **Empreendimentos da Economia Solidária do Noroeste Gaúcho**: UNIJUÍ Universidade Regional. Editora da Unijuí, set. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Economia Solidária. Mapeamento Rio Grande do Sul. Impressão: AMBP - Sociedade Banco de Projetos. A publicação deste caderno, "**Economia Solidária - Mapeamento Rio Grande do Sul**" é resultado do mapeamento nacional realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE), em Convênio firmado entre Unitrabalho e Finep, Ref: 2297/06 - n. 01.06.0547.00, 2007.

T319. **Termo de Referência em Economia Solidária**: Plano Nacional de Qualificação 2003-2007. Brasília: MTE, Senaes, 2005.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil.
Temporalis, São Paulo, v. 3, p. 33-40, 2001. INCUBADORA de Economia Solidária da
UNIJUÍ.